

LIBRAS: APRENDER PARA INCLUIR EM UMA ESCOLA MUNICIPAL, NO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA – CEARÁ

Autor - Aratrícia Maria Martins Freire

EEB Maria Dalva Barbosa de Azevedo- Rede Municipal de ensino- aratriciama@hotmail.com

Co autores- Ilaneide Marques Souto Bezerra

EEB José Francisco Soares- Rede Municipal de ensino- ilaneide@hotmail.com

Ilani Marques Souto Araújo

Escola Padre Osvaldo Chaves- Rede Municipal – ilanita12@hotmail.com

Resumo

O presente artigo faz uma abordagem acerca da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, na escola regular, refletindo sobre sua contribuição para a inserção social das pessoas com deficiência auditiva em uma escola municipal, no município de Itapipoca, Ceará. Considerando que a socialização de uma segunda língua —a Libras — promove no ser humano um desenvolvimento de interação entre os sujeitos surdos, este trabalho se justifica pela necessidade de conhecer a Língua Brasileira de Sinais para interação dos surdos na sociedade. Para realização desta pesquisa, baseou-se nos estudos bibliográficos e vivências defendendo que as pessoas com deficiência necessitam ser incluídas na escola e aconteça a aprendizagem dessas pessoas. Foram construídas duas perspectivas de análise, que nortearam esta investigação: os fatores que propiciam e que dificultam a relação da pessoa surda com a escola e as relações existentes entre docentes ouvintes e discentes com deficiência auditiva. Foi realizada uma observação em sala de aula com o intuito de avaliar conceitos e concepções sobre a inclusão da libras para ouvintes e surdos. Os resultados indicaram que é fundamental a apropriação por parte do professores ouvintes da Libras para a inclusão da pessoa com deficiência na escola. Utilizar somente como proposta curricular os conteúdos não satisfaz a necessidade de inclusão da pessoa com deficiência. Constatou-se a importância em aprender uma segunda língua dando prioridade as pessoas com deficiência auditiva que são excluídas da sociedade pela ausência de conhecimento e prática da libras.

Palavras-chaves: Deficiência, inclusão, libras.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa promove discussões acerca da importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no desenvolvimento de aprendizagem do aluno surdo na sala de ensino regular e como o mesmo se apropria das habilidades de leitura e escrita frente ao uso desta língua. Ressalta-se que a LIBRAS é uma segunda língua, entretanto é pouco empregada pela comunidade surda, e infelizmente, muitas pessoas com deficiência auditiva ainda não tem acesso ao seu conhecimento e uso dessa língua.

No Brasil até 1950, a oferta de educação a esse público específico foi isolada, posto que, a ascensão da educação especial, tinha caráter totalmente assistencialista. Nesse sentido,

é imprescindível que seja despertado na sociedade o desejo de assimilar com mais clareza esta temática e perceber autenticidade dos fatos e direitos das pessoas com deficiência auditiva, já que os surdos são cidadãos e necessitam ser incluídos socialmente nos espaços de integração social.

A Lei Federal 7.853 de 1996 assegura que o sujeito com qualquer deficiência tenha o direito de estudar em escolas regulares, definindo o preconceito como crime. Frente a isso, instituiu-se, portanto, que nenhuma escola ou creche pode recusar o acesso às pessoas com deficiência à instituição. O que se vê, muitas vezes é que a realidade nas escolas é bem diferente do que se espera, tendo em vista, que ainda permeiam algumas práticas de exclusão.

Enfatize-se, pois, que muitas instituições educacionais, apenas para cumprir o que rege a lei, recebem o aluno, mas não o incluem verdadeiramente no âmbito a que se refere aprendizagem de fato. Percebe-se que as escolas não estão preparadas pedagogicamente para receber essas crianças, pois na maioria das vezes os profissionais não se sentem aptos e não acham justo partir deles essa busca de conhecimento da LIBRAS.

O desafio hoje na educação do surdo é a busca de material didático que contribua para o desenvolvimento da criança surda de forma bilíngue, em segundo lugar a busca da família para inserir o surdo na sociedade e conhecer essa língua, posto que, a fluência em língua de sinais e o uso de imagens visuais são ferramentas necessárias para a compreensão e formação de novos conceitos.

Para que a criança adquira a LIBRAS de forma natural, como primeira língua e a língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, deve-se levar em consideração que o processo de aquisição da linguagem acontece da mesma forma para crianças surdas e também ouvintes. Nessa perspectiva, reina a necessidade da criança surda ser inserida o quanto antes a um ambiente linguístico em LIBRAS. Assim, será adquirida na idade certa sua língua natural e poderá viver as diversas experiências que esta língua possibilita com consciência de sua importância.

Para o MEC (2006) o professor da Sala de Recursos Multifuncionais, deverá ter curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. A formação docente, de acordo com sua área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, Ensino de Língua Portuguesa para

Surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros.

Embora sejam assegurados pela legislação educacional brasileira os direitos das pessoas com deficiência, para que essas pessoas possam ter acesso a melhores condições sociais e econômicas, a busca pela verdadeira cidadania e inclusão social ainda deixa lacunas a serem preenchidas. As crianças com deficiência auditiva sofrem comumente com o preconceito, pois muitas vezes são colocados para as pessoas que se dizem “normais” como pessoas que não tem inteligência, pelo fato de não ouvir, em virtude de que muitos ouvintes ainda têm uma concepção de que estes indivíduos são incapazes de criticar e ter segurança em suas decisões. Dessa forma, a sociedade precisa ser conhecedora da LIBRAS para que o surdo possa mediar suas próprias relações não dependendo inteiramente dos ouvintes.

A apreciação teórica, com ênfase na formação do potencial das pessoas com deficiência e na sua integração social é essencial para que se possa ser orientado efetivas ações educativas, destacando suas possibilidades e cuidando de suas limitações, desenvolvendo a sua capacidade de mudança.

Frente ao exposto, vê-se que a Educação Especial ganhou mais destaque, conquanto ainda permanece desprovida de avaliações e reflexões para que a educação das pessoas com deficiência realmente seja de qualidade (SALVI,2008).

Destarte, para que sejam efetivamente respeitadas às diferenças, é necessário repensar a concepção de escola, de aluno, de ensino e aprendizagem. As escolas precisam estar instrumentalizadas para receber o aluno independente de suas condições físicas ou psicológicas. O aluno surdo necessita de uma metodologia de ensino própria, com sala de aula provida de intérprete, predominância visual, compartilhamento da LIBRAS com os ouvintes.

Na sociedade atual, a função de ensinar é, para Roldão (2007, p. 95), “[...] caracterizado pela figura da dupla transitividade e pelo lugar de mediação”, o que provoca uma leitura mais pedagógica e ampliada a um campo vasto de saberes e conhecimentos, incluindo os disciplinares.

É significativo observar que o aluno com surdez tem as mesmas possibilidades de desempenho de uma pessoa ouvinte, necessita apenas de um cuidado especial, dedicação para suprir suas necessidades especiais. Neste sentido, propõem-se a demonstração de alguns sinais em LIBRAS e algumas atividades que proporcionem outras ideias a serem praticadas em seu

cotidiano, estimulando o desenvolvimento de sua criatividade e de seu conhecimento para a elaboração de material didático-pedagógico e de estratégias de como ensinar o aluno surdo.

Concernente à proposta bilíngue atual sobre a educação dos sujeitos surdos, a Língua Brasileira de Sinais é tida como primeira língua e a Língua portuguesa como segunda língua, assim, são atribuídos os significados das palavras e como é sua organização em frases em diferentes contextos através de atividades diversificadas.

A Universidade Federal do Ceará oferta o curso de letras- libras onde a primeira turma é de pessoas surdas, partindo desse conhecimento do assunto pode-se ver a importância do professor e aluno aprenderem a língua de sinais brasileira.

Além de individual o objeto do trabalho docente é também social. Sua origem de classe e seu gênero o expõem a diferentes influências e experiências que repercutem em sala da aula provocando diferentes reações e expectativas nos professores e alunos. Nessa perspectiva, Tardif (2002, p. 130) nos alerta que "o objeto do trabalho docente escapa constantemente ao controle do trabalhador, ou seja, do professor".

É oportuno frisar aqui que a Língua Brasileira de Sinais foi denominada LIBRAS a partir do II Congresso Latino Americano de Bilinguismo para Surdos, realizado em 1993, em substituição à denominação LSCB, posto que LSCB era o termo utilizado apenas em pesquisas linguísticas e Libras era o termo utilizado pela comunidade surda.

As línguas de sinais, hoje, são consideradas pela linguística, não mais como uma linguagem individual de um determinado grupo social ou uma patologia da linguagem, mas como línguas naturais ou como um sistema lingüístico totalmente legítimo.

A Declaração de Salamanca (1994) prevê uma educação inclusiva onde todas as crianças podem aprender juntas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, raciais, lingüísticas ou outras. No caso do surdo sua educação é prevista em sua língua nacional de signos, a língua de sinais.

A lei 10.436 (24/04/2002) reconheceu a legitimidade da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - e com isso seu uso pelas comunidades surdas ganhou respaldo do poder e dos serviços públicos. Esta lei foi regulamentada em 22 de dezembro de 2005, pelo Decreto de nº. 5.626/05 que estabelece a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular nos cursos de magistério, pedagogia e fonoaudiologia, do ensino público e privado, e sistemas de ensino estaduais, municipais e federais (Cap.II, art. 3º).

O aluno com deficiência auditiva necessita de auxílio em sala de aula de um professor com paciência, instrutor ou intérprete. A sala de recursos multifuncionais na escola regular tem como proposta ensinar LIBRAS para proporcionar a este alunado o acesso a informações sociais e conceitos curriculares que facilite sua compreensão do conteúdo abordado na classe comum e participação ativa na sala de aula.

Atualmente já é possível ver nas escolas onde tem sala de recursos multifuncionais e o profissional de AEE, que busca conhecimentos e lida com esses alunos, embora só o profissional do atendimento educacional especializado não seja suficiente, tem que haver a sintonia de toda escola. Na EEB Maria Dalva Barbosa de Azevedo é feito esse trabalho junto com a professora de AEE e todo o grupo escolar. Para tanto, exige-se que o professor da SRM seja um profissional proficiente em Língua de Sinais – Professor (a) Bilíngue, para que dessa forma, haja uma interação direta entre professor e aluno sem que seja necessária a presença do intérprete. Deixando claro que é um ato de inclusão, porque de fato o aluno surdo em sala regular tem direito a um intérprete.

METODOLOGIA

O estudo que aqui se apresenta vem com caráter de um relato de experiência o qual foi desenvolvido nas séries iniciais do ensino fundamental, identifica-se como pesquisa qualitativa, pelo viés das pesquisas de campo, que prima pela qualidade dos resultados apresentados nesse trabalho.

Na EEB Maria Dalva Barbosa de Azevedo é feito esse trabalho em parceria com a professora de AEE e todo o grupo escolar. Para isso, exige-se que o professor da SRM seja um profissional proficiente em Língua de Sinais – Professor (a) Bilíngue, para que dessa forma, haja uma interação efetiva entre docente e discente sem que seja necessário a presença do intérprete. Enfatize-se, pois, que é um ato de inclusão, porque de fato o aluno surdo em sala regular tem direito a um intérprete conforme a política nacional de educação na perspectiva da inclusão de 2008.

Ao utilizar a Língua de Sinais como língua de instrução, o profissional de AEE constrói materiais didáticos com o professor da sala do regular, onde muitas vezes o trabalho é impedido devido à falta de conhecimento do professor da sala regular e a resistência que ele

tem de lidar com essa “nova clientela”, assim nomeada por alguns profissionais da educação. Ao ser criado essas ferramentas, surgem a possibilidade da formação de conceitos e acesso a informações. Para compreensão do aluno surdo, a SRM deve está equipada com recursos visuais, tendo uso de uma metodologia dialógica de fortalecimento e enriquecimento dos conteúdos expressos nos materiais utilizados.

Para a coleta de dados, tiveram-se algumas vivências na instituição de ensino EEB Maria Dalva Barbosa de Azevedo com público de alunos surdos e ouvintes. Os instrumentos facilitadores utilizados são imagens com seus sinais em libras, vídeos, código alfabético em datilologia, músicas, entre outros.

Para algumas pessoas o fato dos movimentos nas mãos para determinadas configurações, dificultam um pouco, pois como todo novo aprendizado, as vezes nos deparamos com dificuldades de aprendizagem, com a libras também é assim, as pessoas ouvintes se queixam da dificuldade na sinalização de alguns objetos, pois força a musculatura de mãos e braços, pois utilizamos muito a interpretação visual também.

Essa escola vem expandindo seus conhecimentos em libras através de práticas em um projeto chamado: “laço de amor” que abraça a inclusão dentro da escola para que os alunos levem para a sociedade esse conhecimento e prática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Constatou-se durante a realização dessa pesquisa e frente às atividades de inclusão da LIBRAS na escola o quanto a inserção da língua de sinais é imperativa no currículo escolar, percebendo-se ainda a necessidade urgente da expansão desse conhecimento como forma de instigar a curiosidade diante do assunto novo, a receptividade de buscar compreender melhor esse mundo “das mãos que falam”.

Atualmente as discussões sobre essa temática está mais presente na sociedade como forma de inclusão. Infelizmente para algumas pessoas e profissionais pedagogos ainda é algo abstrato, sem sentido pois a língua de sinais não tem utilidade na vida deles, como se não fizessem parte de um contexto social e escolar que envolve um todo e não somente pessoas ouvintes, hoje pode não ter um aluno surdo em sua sala de aula, no restaurante que se frequenta, na igreja, mais amanhã poderá ter, conhecer. Além disso, ela requer o rompimento com velhas práticas que ainda persistem em todos os setores da sociedade e uma ruptura dessa

grandeza não é possível em curto prazo, que é o respeito e aceitação de fato da inclusão de pessoas com surdez. Mas percebe-se que há muitos avanços no uso e conhecimento da libras se for considerado desde sua implantação até sua abrangência nos dias atuais.

Souza (2002) mostra os problemas dessa visão reducionista e assinala a necessidade de se incluir nas discussões, a Escola. A sociedade diz não está preparada para receber inclusivamente pessoas com deficiência porque excluir na maioria das vezes percebo ser mais fácil que aprender a lidar com as diferenças, esquecem que somos todos diferentes, os diversos ambientes sociais ainda apresentam muitas restrições a estas pessoas. O preconceito existente no passado ainda é fluente em nosso dia-a-dia.

Vivemos numa sociedade cheia de leis, que só beneficiam a quem tem poder, dinheiro, mas ainda podemos ser protegidos pelo conhecimento desses direitos buscando-o de fato a quem a ele pode reger. Embora a população carente sendo a mais afetada, preferem esconder seus filhos em casa porque nem sabem de seus direitos e a exclusão ganha forças junto ao preconceito. Verifica-se que o aluno surdo que sofre atraso de linguagem apresenta desvantagens na aquisição de significados sociais sofrendo grandes prejuízos na aquisição dos conhecimentos escolares, em relação aos alunos ouvintes, podendo comprovar com a convivência com alunos surdos.

Na EEB Maria Dalva Barbosa de Azevedo temos uma experiência honrosa com alunos surdos de 8 e 10 anos de idades, estão inserindo libras em suas vidas, assim como as demais crianças ouvintes que tem anseio em aprender libras, onde buscam juntos com o professor de AEE de fato a inclusão com a segunda língua brasileira para ouvintes

CONCLUSÃO

O uso da Língua Brasileira de Sinais viabiliza o desenvolvimento cognitivo e social do aluno surdo de forma que o processo de inclusão seja realmente efetivado na sociedade atual.

Verificou-se frente ao estudo que um dos grandes desafios ainda é o conhecimento escasso dessa língua por parte da família. Nesse sentido podemos perceber que somos nós ouvintes, que podemos contribuir com as pessoas com deficiência auditiva a divulgar, aprender, conhecer e utilizar o uso da língua brasileira de sinais facilitando a comunicação

dessas pessoas que são excluídas da sociedade, não sendo apenas alternativas que busquem torná-lo “normal”, mas respeitando suas diferenças.

Percebeu-se ainda a ausência de profissionais nas universidades, onde no meu ponto de vista falta muito para se trabalhar a inclusão, necessitando assim de um estudo de formação continuada dando ênfase aos alunos surdos que possam adentrar as salas nas universidades, podendo cursar qualquer curso no segmento acadêmico.

Conviver com pessoas surdas nos traz um crescimento humano e cognitivo, estamos aprendendo outra língua e ampliando conhecimentos, sentimento como a humildade, valores como o respeito pela limitação do outro, tudo isso deixa o viver em sociedade mais gratificante, porque você desenvolve habilidades no outro enquanto professor e aprende mais como ser aprendente que somos nós humanos, além de inovar cada vez mais nossas metodologias, é uma conquista a cada dia, principalmente o professor de AEE porque ele sente a necessidade da busca pelo saber sempre mais e conhecer de forma mais próxima sobre todas as deficiências para contribuir da melhor forma com seu público-alvo.

É nessa busca pelo conhecimento que persisto em transpor fronteiras, compartilhar experiências exitosas, somando as vivências de colegas professores, enquanto educadora participando de congressos, simpósios, cursos, ambientes que haja uma troca de experiências para adquirir e aprimorar conhecimentos que me auxiliem desenvolver melhor meu trabalho contribuindo para a inclusão das libras na sociedade integrando os sujeitos – ouvintes e surdos. Proporcionando sonhos e realidades dentro de um contexto escolar às vezes tão descrente pelos próprios profissionais da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVEZ, Carla Barbosa. **A educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez.** Carla Barbosa Alvez, Josimário de Paula Ferreira, Mirlene Macedo Damázio.- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL. Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. 2. Ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica. Brasília, MEC/SEESP 2008.

DECLARAÇÃO de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. (1994, Salamanca). Brasília: CORDE, 1997.

IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza, 4.ed. São Paulo, Cortez, 2004. Rego, Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea (pp. 249-268). São Paulo: Editora Moderna.

LACERDA, Cristina B.F. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos.** Cadernos CEDES, vol.19, n°46, setembro, 1998. Disponível em: www.scielo.org Acessado em: 12 de janeiro, 2017.

ROLDÃO, M. do C. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, p. 94-103, 2007.

SALVI, Inez. A inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais no contexto educacional. Instituto Catarinense de Pós-Graduação. s/d.

SOUZA, D. T. R. (2002). A formação contínua de professores como estratégia fundamental para a melhoria da qualidade de ensino: uma reflexão crítica. In M. K. Oliveira, D. T. R. Souza & T. C.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.